

OPINIÃO

**Agronegócio: não basta ser sustentável, é preciso comprovar por meio de dados**

Alexandre Kuntgen (\*)

*Se no passado a gestão de dados era vista como um acessório, hoje ela é questão de sobrevivência.*

Especialmente no agronegócio, a conexão com mercados globais impõe regras rígidas, e o controle preciso da informação é o que separa as empresas que lideram das que ficam pelo caminho.

Embora a tecnologia seja uma realidade no campo, o setor ainda enfrenta desafios complexos. Diferente de outros segmentos, o Agro monitora processos que vão do plantio à distribuição. Em toda essa jornada, as informações precisam ser registradas com rigor, uma vez que qualquer inconsistência pode inviabilizar transações internacionais.

Atualmente, o Brasil é líder na exportação de soja. Projeções da Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (ABIOVE) indicam uma safra recorde e volumes inéditos de processamento. No comércio internacional, o país deve manter a hegemonia com a exportação de 111,5 milhões de toneladas do grão, uma alta de 0,5%.

Note que, embora o desempenho da soja abra portas, a vertical lida com obstáculos logísticos e de governança. Um dos principais é o fato de que boa parte do volume exportado pelas grandes tradings vem de pequenos produtores. O desafio aqui é garantir que, mesmo vinda de terceiros, a produção siga padrões de qualidade e sustentabilidade, cabendo ao exportador a missão de assegurar e comprovar cada etapa.

Outro exemplo está na exportação de aves. Casos recentes de gripe aviária trouxeram impactos significativos para a comercialização. Por mais que existam fatores naturais imponderáveis, a fiscalização deve ser implacável — da higienização às medições. A

ausência desse controle, ou um pequeno desvio nos registros, pode comprometer o acesso a mercados inteiros.

Esses cenários ilustram que o agronegócio, como qualquer setor, convive com riscos. A forma de minimizá-los é através dos dados. São eles que permitem identificar lacunas preventivamente, mapear áreas e obter a rastreabilidade total da cadeia.

Contudo, mesmo com ferramentas disponíveis, ainda encontramos produtores que dependem de processos manuais. As chances de erros e inconsistências são latentes. Diante dos pilares da agenda ESG e das certificações obrigatórias, não basta mais o produtor afirmar que “preserva”; ele precisa comprovar o que diz com evidências auditáveis.

Nesse sentido, o mercado já oferece soluções específicas, como o SAP Sustainability Control Tower, que garante que a organização opere em conformidade com os padrões nacionais e internacionais de segurança ambiental.

Por meio de sistemas especializados, o monitoramento torna-se automatizado, assegurando que os indicadores estejam sempre corretos. Entretanto, de nada adianta ter mecanismos eficazes sem o direcionamento estratégico para cada etapa. O apoio de especialistas é indispensável para guiar essa jornada, fornecer insights, mitigar riscos e integrar a gestão de dados como elemento central das operações.

Vivemos uma era em que os dados são os ativos mais valiosos de uma companhia. Mais do que controle, essas informações melhoram as margens de produção e garantem a saúde do negócio. Em um setor de tamanha relevância, a falta de dados pode abrir as portas para prejuízos e fechá-las para grandes oportunidades.

(\*) Partner da SolvePlan.

**Recuperação judicial no agro virou sinal de alerta para toda a cadeia**

Nos últimos anos, é possível enxergar o avanço dos pedidos de recuperação judicial no agronegócio como um termômetro claro de aperto de caixa. O setor sempre conviveu com risco, mas o cenário recente combinou custo financeiro elevado, margens mais apertadas, oscilação de preços e problemas climáticos em sequência. Quando isso acontece, quem está mais alavancado e, principalmente, sem gestão de custo bem-feita, sente primeiro.

Leandro Viegas (\*)

Os números ajudam a mostrar esse movimento. No segundo trimestre de 2025, o agronegócio registrou 565 pedidos de recuperação judicial, alta de 31,7% sobre o mesmo período de 2024. Já no terceiro trimestre, o volume subiu para 628 pedidos, o maior da série desde 2021, segundo a Serasa Experian. O dado reforça o que podemos sentir na prática: não se trata de um problema isolado de um elo da cadeia, mas de uma pressão financeira espalhada entre produtores (PF e PJ) e empresas ligadas ao setor.

Esse cenário tem uma parte cíclica e outra estrutural. A primeira todo mundo conhece: safra, clima, preço e mercado. A estrutural é mais desafiadora, porque a cadeia ficou mais complexa e mais financeirizada. Hoje há mais operações a prazo, mais dependência de capital, mais barter e mais exposição ao risco de crédito. Quando uma empresa começa a falhar, o efeito dominó pode atingir revendas, distribuidores e, no fim, o produtor, que fica sem crédito, com entrega atrasada ou sem suporte técnico no meio da safra. É exatamente por isso que a recuperação judicial deixou de ser um tema “jurídico” e passou a ser tema de gestão e sobrevivência no campo.

Esse aperto também aparece no ambiente financeiro. O Banco Central manteve a Selic em 15% ao ano em janeiro de 2026, no maior patamar em quase 20 anos, o que encarece o crédito e aumenta a seletividade dos financiadores. Além disso, o Boletim de Crédito Rural do BC (março/2025) mostrou que, entre julho de 2024 e março de 2025, o crédito rural concedido somou R\$ 278,1 bilhões, com queda de 16,9% em relação ao período anterior, enquanto o endividamento dos beneficiários chegou a R\$ 752 bilhões.

Ao mesmo tempo, o quadro não é homogêneo, e isso é importante dizer. Dados mais recentes do Mapa, com base no Sicor/BC, mostram que no período de julho de 2025 a janeiro de 2026 o crédito rural empresarial contratado alcançou R\$ 316,57 bilhões (alta de 6%), puxado pelas CPRs, mas com recuo de 20% no crédito para investimento e com o próprio governo reconhecendo um ambiente de cautela na oferta e demanda de crédito. Ou seja: há dinheiro circulando, mas com perfil mais



Divulgação

conservador, mais concentrado e com mais exigência de segurança.

Outro ponto que reforça essa leitura é a inadimplência. A Serasa Experian apontou que 8,3% da população rural estava inadimplente no terceiro trimestre de 2025, com alta anual e sinais de desaceleração apenas na margem. E um dado que chama atenção: a inadimplência se concentrou principalmente em dívidas com instituições financeiras (7,3%), enquanto os débitos com credores do próprio agro ficaram em 0,3%. Isso mostra como a pressão de caixa e o custo do dinheiro pesam no sistema como um todo.

**Reflexos práticos**

No dia a dia da fazenda, esse cenário afeta o básico. O prazo encurta, o crédito trava, as condições mudam durante a safra e aumenta o risco de atraso de entrega. E o agro não espera. Por isso, insisto em alguns sinais práticos de alerta antes de fechar negócio: preço muito abaixo do mercado sem explicação, pressão excessiva para fechar, mudança constante de regra ou prazo, dificuldade para formalizar contrato ou garantia e histórico ruim de entrega e pós-venda. Em momentos de pressão, muita gente erra tentando resolver tudo só no preço, e esse é um dos erros mais caros no campo.

A recomendação é simples, mas exige disciplina. Primeiro: comprar por etapas e

não concentrar tudo em um único fornecedor. Segundo: travar com antecedência o essencial da safra, especialmente semente e defensivos. Terceiro: manter sempre um plano B logístico e comercial. Se um parceiro falhar, você precisa saber de onde comprar e como reagir sem parar a operação. No agro, preço não é custo total, o barato que atrasa pode sair muito mais caro em produtividade perdida.

O produtor precisa tratar a gestão financeira como ferramenta de produção. Não dá para controlar clima e preço, mas dá para controlar custo por hectare, fluxo de caixa e timing de compra. Quem conhece seu ponto de equilíbrio decide melhor e evita contratos no escuro. E, do lado das empresas, a confiança se mantém com transparência e previsibilidade: melhor dizer a verdade cedo do que prometer e falhar. Contrato claro, condição formalizada, padrão definido, assistência prevista e pós-venda funcionando.

Resumindo, para tomadas de decisões mais seguras em 2026, é necessário fazer o básico muito bem feito. Caixa em primeiro lugar, custo por hectare na ponta do lápis, compras planejadas e diversificadas, contrato simples e por escrito. Além de um parceiro confiável no centro da estratégia. A melhor proteção no agro continua sendo antecipar o risco, e não reagir quando o problema já explodiu.

(\*) Administrador, bacharel em Direito, CEO da Sell Agro.

**Reforma Tributária muda incentivos e redefine o crédito no agro**

A Reforma Tributária aprovada pelo Congresso Nacional deve mudar a lógica de incentivos e do aproveitamento de créditos no agronegócio. A substituição gradual do ICMS pelo novo modelo de tributação sobre o consumo, com o IBS encerra a disputa fiscal entre estados e altera a previsibilidade do setor. O impacto é relevante em um segmento que respondeu por 23,2% do PIB brasileiro em 2024, segundo dados do Cepea/Esalq em parceria com a CNA.

Altair Heitor, contador, especialista em gestão tributária do agronegócio e sócio e CFO (Chief Financial Officer) da consultoria Palin & Martins, avalia que o momento é decisivo para produtores e exportadores. “A extinção do ICMS muda completamente a lógica do crédito. O que não for corretamente apurado agora corre o risco de se perder durante a transição para o novo sistema”, afirma.

A preocupação não é teórica. Levantamento da Confederação Nacional dos Contadores indica que 60% das empresas admitem já ter cometido erros na emissão de notas fiscais, enquanto outros 15% não sabem dizer se os documentos apresentavam falhas.

Na prática, mais de 70% das companhias convivem com algum grau de risco fiscal. Entre os principais problemas estão erros de NCM, CFOP e ausência de destaque correto do imposto, falhas que podem anular o direito ao crédito tributário.

No agronegócio, onde o volume de



Altair Heitor

operações é elevado e as margens são pressionadas por custos logísticos e oscilações de mercado, essas inconsistências ganham peso adicional. “Uma nota fiscal emitida de forma incorreta pode comprometer toda a cadeia de crédito. Produzir bem é apenas o começo: registrar corretamente cada etapa é indispensável.” diz.

A mudança também afeta produtores que se beneficiavam de regimes especiais estaduais. Com o fim da guerra fiscal, incentivos regionais tendem a desaparecer, exigindo revisão de contratos, projeções financeiras e estratégias de longo prazo.

“O produtor que estruturou sua operação com base em incentivos locais precisa entender que esse cenário não se sustenta no novo modelo. Planejamento tributário deixa de ser acessório e passa a ser parte da gestão central do negócio”, afirma o especialista.

Outro ponto sensível é o aproveitamento dos créditos acumulados antes da transição. Em julho de 2025, o governo do Estado de São Paulo anunciou a liberação de R\$ 1,5 bilhão em créditos acumulados de ICMS, por meio do programa ProAtivo, evidenciando o papel do imposto como instrumento de liquidez. “Esse movimento mostra que o crédito é um ativo financeiro legítimo. Quem não se organizar agora pode perder a chance de transformá-lo em caixa”, diz Altair.

Com a fiscalização eletrônica mais integrada e o cruzamento automático de dados, o risco de bloqueio de créditos também aumenta. “Inconsistências formais levam à suspensão imediata do crédito. A empresa só percebe o problema quando já é tarde para corrigir”, alerta o especialista.

A Reforma Tributária inaugura um novo ciclo para o agronegócio brasileiro, no qual a competitividade não dependerá apenas de produtividade ou escala, mas da capacidade de transformar tributos em estratégia.

Em um setor exposto a riscos climáticos e de mercado, a inteligência tributária passa a ser um diferencial concreto de sobrevivência e crescimento.

**Frigoríficos apostam em tecnologia para manter competitividade**

O déficit global de produção de carne bovina, estimado em cerca de 1 milhão de toneladas em 2026, cria um ambiente especialmente favorável ao Brasil. Após registrar um recorde histórico nas exportações em 2025 e iniciar 2026 com volumes inéditos para o mês de janeiro, o país consolida sua posição como um dos principais fornecedores globais da proteína. O avanço ocorre mesmo em um cenário de maior seletividade dos importadores, que definem cotas, tarifas e exigências técnicas cada vez mais rigorosas. Ainda assim, o Brasil segue operando no topo da cadeia global, sustentado pela diversificação de mercados, ganho de escala, eficiência produtiva e pela rápida capacidade de adaptação às frequentes exigências internacionais.

Em janeiro de 2026, o país embarcou 264 mil toneladas, alta de 26,1% na comparação anual, com receita de US\$ 1,404 bilhão, avanço de 40,2%. O resultado reflete não apenas o aumento dos volumes, mas também a valorização da carne brasileira em mercados que pagam mais por padronização, rastreabilidade e qualidade. Nesse contexto, a

competitividade deixa de ser apenas uma questão de preço e passa a depender diretamente da capacidade dos frigoríficos de comprovar atributos técnicos do produto, como o teor de gordura, de forma rápida, precisa e confiável.

É justamente para responder a esse novo patamar de exigência que a Pensalab, empresa especializada em soluções analíticas para controle de qualidade, lançou no mercado brasileiro uma solução voltada ao processamento de carne baseada no uso do Micronir. O equipamento portátil utiliza tecnologia NIR (Near Infrared) para identificar e quantificar materiais sem a necessidade de amostras destrutivas, com destaque para a aplicação que mede com precisão o teor de gordura da carne.

Rafael Soares, da Pensalab, explica que, para calibrar o aparelho, os dados foram correlacionados com valores reais de gordura, como uma assinatura espectral. “Com o modelo calibrado, é possível realizar medições em tempo real; isso acelera a tomada de decisão e reduz gargalos no processo”, diz.